



*Câmara Municipal de Pato Branco*  
Estado do Paraná

Ofício nº 316/2006

Pato Branco, 9 de junho de 2006.

Câmara Municipal de Pato Branco	
Fl.:	26
Visto:	

Senhor Prefeito:

Atendendo solicitação feita através 610/2006, datado de 8 de junho de 2006, estamos devolvendo o **projeto de lei nº 61/2006**, encaminhado através da mensagem nº 54/2006, que estabelece normas para o Transporte Coletivo de Passageiros e dá outras providências.

Respeitosamente.

**Laurindo Cesa**  
Presidente

Excelentíssimo Senhor  
**Roberto Salvador Viganó**  
Prefeito Municipal  
Pato Branco – Paraná



# Prefeitura Municipal de Pato Branco

ESTADO DO PARANÁ  
GABINETE DO PREFEITO

Câmara Municipal de  
Pato Branco

Fl.: 25

Visto: 08/06/2006

Ofício nº 610/2006-GP

Pato Branco, 08 de junho de 2006.

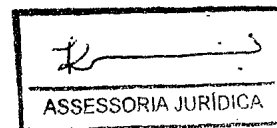
Senhor Presidente,

Solicitamos a Vossa Excelência a devolução do Projeto de Lei anexo a Mensagem nº 54/2006, que estabelece normas para o Transporte Coletivo de Passageiros.

Atenciosamente,

  
ROBERTO VIGANÓ  
Prefeito Municipal

À Sua Excelência o Senhor  
LAURINDO CESA  
Câmara Municipal de Vereadores  
Pato Branco – PR.



**RESPASSAMOS AOS VEREADORES NESTA DATA**  
**(1º DE JUNHO DE 2006), CÓPIA DO PROJETO DE LEI 61/2006, QUE**  
**ESTABELECE NORMAS PARA O TRANSPORTE COLETIVO DE**  
**PASSEGEIROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

ALDIR VENDRUSCOLO-PFL 

CILMAR FRANCISCO PASTORELLO-PL 

GUILHERME SEBASTIÃO SILVERIO-PMDB 

LAURINDO CESA-PSDB 

MÁRCIA KOZELINSKI-PPS 

MARCO ANTONIO AUGUSTO POZZA-PMDB 

NELSON BERTANI-PDT 

OSMAR BRAUN SOBRINHO-PV 

VALMIR TASCA-PFL 

VOLMIR SABBI-PT 



# Prefeitura Municipal de Pato Branco

ESTADO DO PARANÁ  
GABINETE DO PREFEITO

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

RUA CARAMURU, 271 - FONE/FAX (46) 3220-1544 - 85501-060 - PATO BRANCO - PARANÁ

Câmara Municipal de Pato Branco	
Fl.:	23
Visto:	

## MENSAGEM Nº 54/2006

Senhor Presidente, senhores vereadores:

Valemo-nos da presente Mensagem para encaminhar a essa Colenda Casa Legislativa o anexo Projeto de Lei que estabelece Normas para o Transporte Coletivo de Passageiros.

Primeiramente se faz necessário ressaltar a importância da parceria entre os poderes Executivo e Legislativo Municipal referente ao Transporte Coletivo, onde através do diálogo buscamos encontrar a melhor maneira possível para evoluirmos em nosso sistema de transporte Coletivo.

Evidentemente que através do diálogo, estudos, pesquisas e levantamentos nós aprendemos muito a respeito do assunto, até porque a sociedade espera de ambos os poderes, justamente a melhoria da qualidade dos serviços prestados.

Desta forma, depois de serem realizados vários estudos, reuniões entre técnicos, executivo e legislativo além de audiências públicas com a comunidade culminamos com elaboração da parte legislativa, qual seja, o estabelecimento das normas para o Transporte Coletivo de Passageiros.

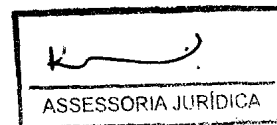
O esforço foi grande tanto da Administração Municipal quanto dos senhores Vereadores porém temos a certeza de que estamos dando um passo á frente no sentido de cada vez mais aprimorarmos o serviço em benefício da população.

Temos a humildade para reconhecer que o presente projeto está sendo encaminhado a esta egrégia Casa Legislativa com um pouco de atraso, razão pela qual pedimos escusas e solicitamos para que o mesmo seja apreciado com a maior brevidade possível, para tanto colocamos toda a administração municipal à disposição dos nobres edis para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Considerando a urgência que a providência requer, e, contando com a compreensão dos ilustres componentes dessa Casa de Leis, solicitamos que a matéria seja apreciada em **regime de urgência**.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, 1º de junho de 2006.

ROBERTO VIGANÓ  
Prefeito Municipal





# *Prefeitura Municipal de Pato Branco*

ESTADO DO PARANÁ  
GABINETE DO PREFEITO

<i>Câmara Municipal de</i> <i>Pato Branco</i>	
Fl.:	22
Visto:	

**Projeto de Lei nº 61/2006**

**Estabelece normas para o Transporte Coletivo de Passageiros e dá outras providências.**

## **CAPÍTULO I**

Art. 1º O Transporte Coletivo é um direito fundamental do cidadão, de caráter essencial à população, sendo de responsabilidade do poder público municipal o seu planejamento, gerenciamento, fiscalização e progressiva prestação de serviços.

Art. 2º O Transporte Coletivo Urbano e Interiorano constitui serviço de utilidade pública e será explorado diretamente pelo município ou outorgado na forma desta Lei a empresas privadas.

Art. 3º O Transporte Coletivo de Passageiros será regido pelos princípios contidos na Lei Orgânica Municipal, pelas disposições constantes nesta Lei e no regulamento específico.

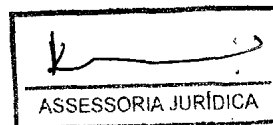
Art. 4º Considera-se Transporte Coletivo aquele efetuado por veículos tipo ônibus ou micro-ônibus, em linhas previamente definidas pelo Poder Público, destinado à condução de pessoas mediante o pagamento de passagem.

## **CAPÍTULO II – DAS LINHAS**

Art. 5º Entende-se por linha, o tráfego regular através de itinerário e horários definidos, realizado por veículo de transporte coletivo de categoria determinada, nos termos do artigo anterior, com ponto inicial e ponto final previamente e devidamente identificados.

Art. 6º A execução de serviços de transporte coletivo, por pessoa física ou jurídica, destinados a atender exclusivamente seus empregados, associados e/ou estudantes, mesmo que não possua finalidade comercial, depende de autorização prévia da Prefeitura Municipal.

Art. 7º Entende-se por linha de transporte coletivo urbano, aquela cujos pontos terminais situam-se no perímetro urbano ou do perímetro de expansão da cidade.





# *Prefeitura Municipal de Pato Branco*

ESTADO DO PARANÁ  
GABINETE DO PREFEITO

<i>Câmara Municipal de</i> <i>Pato Branco</i>	
Fl.:	21
Visto:	<i>[assinatura]</i>

Art. 8º Entende-se por linha de transporte coletivo interiorano aquela em que um ou ambos os pontos terminais situam-se dentro da base territorial do município, porém fora do perímetro urbano e de expansão da cidade.

## **CAPÍTULO III**

Art. 9º Para execução do serviço de Transporte Coletivo Urbano e Interiorano previsto nesta Lei, a Prefeitura Municipal, terá o prazo de 30=(trinta) dias, contados a partir da publicação desta Lei, para a criação do Órgão Gestor, que será responsável pelo gerenciamento, administração, fiscalização do serviço, devendo ainda ser responsável pela elaboração do plano que conterà as diretrizes de ação para operação de transporte coletivo de passageiros no âmbito municipal.

Art. 10 O plano de que trata a parte final do artigo anterior, deverá, obrigatoriamente, discriminar todas as linhas necessárias: existentes ou a serem implantadas, observados os critérios previstos nesta Lei, em seu regulamento e no plano diretor, bem como indicar as alterações a serem processadas nos serviços existentes, levando-se em consideração o desenvolvimento das regiões/áreas a serem servidas e o interesse público

Art. 11 O Órgão concedente, para verificação da viabilidade de implantação do serviço, selecionará uma ou mais empresas, e, mediante autorização, que independe de licitação, estabelecerá um plano de viagens e pesquisa, que não poderá ultrapassar o período de 03=(três) meses, podendo ser prorrogado por igual período, se efetivamente restar comprovada a necessidade da implantação, para a realização de certame licitatório.

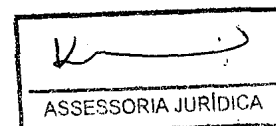
Art. 12 Referido plano deverá ser periodicamente atualizado, com vistas ao atendimento das necessidades do serviço de transporte coletivo do município.

## **CAPÍTULO IV – OUTORGA DOS SERVIÇOS**

Art. 13 A outorga para empresas privadas operarem o serviço de Transporte Coletivo de Passageiros, será concedida por autorização ou permissão.

Parágrafo Primeiro: As autorizações serão concedidas por meio de alvará de licença, respeitando-se o devido processo administrativo e a legislação em vigor.

Parágrafo Segundo: As permissões serão dadas por meio de termo de permissão, respeitando-se o devido processo administrativo e a legislação em vigor.





# *Prefeitura Municipal de Pato Branco*

ESTADO DO PARANÁ  
GABINETE DO PREFEITO

*Câmara Municipal de  
Pato Branco*

Fl.: 20

Visto: [assinatura]

Art. 14 A exploração direta do serviço pela Prefeitura poderá ser executada a qualquer tempo, por intermédio de órgãos próprios, levando-se em consideração o interesse público devidamente justificado.

Parágrafo Primeiro: Não havendo condições de executá-las poderá delegar a iniciativa privada.

Parágrafo Segundo: Somente poderão ser permissionárias ou autorizadas a explorar os serviços de que esta Lei, empresas brasileiras de capital nacional.

## **CAPÍTULO V – DAS AUTORIZAÇÕES**

Art. 15 Nenhum transporte coletivo no âmbito municipal poderá ser executado sem prévia autorização da Prefeitura Municipal, através de seu Órgão Gestor.

Art. 16 Dependendo da conveniência do serviço e do interesse da comunidade, o município outorgará autorização às pessoas jurídicas ou físicas para explorar serviço de transporte coletivo a título precário ou em caráter excepcional.

Art. 17 As autorizações somente serão dadas nos seguintes casos, independentemente de concorrência ou seleção sumária:

I – para transporte eventual, sem caráter de linha;

II – para transporte próprio, previsto no artigo 6º;

III – para linha autônoma que vier a ser criada por exigência do interesse público, em caráter experimental;

IV – no período que antecede o julgamento de concorrência pública, até que o vencedor do certame seja homologado e inicie a execução do contrato de permissão.

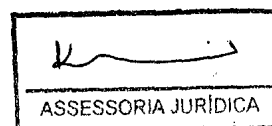
Art. 18 As autorizações para o serviço de Transporte Coletivo de que trata a presente Lei são intransferíveis.

Art. 19 A autorização cessará automaticamente com o decurso do prazo de vigência.

Art. 20 Será revogada a autorização:

I – por descumprimento, por parte do autorizado, das condições estipuladas nesta Lei, no Regulamento, bem como ao acordado no termo de autorização;

II – por paralisação dos serviços, por decisão das autorizadas e/ou permissionárias, com o objetivo de impor condições que lhes favoreça.





# *Prefeitura Municipal de Pato Branco*

ESTADO DO PARANÁ  
GABINETE DO PREFEITO

<i>Câmara Municipal de</i> <i>Pato Branco</i>	
Fl.:	19
Visto:	<i>[assinatura]</i>

Art. 21 A autorização será declarada sem efeito na ocorrência dos seguintes casos:

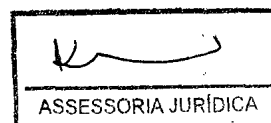
- I – não início dos serviços no prazo determinado pelo Município;
- II – abandono total ou parcial do serviço;
- III – recuperação judicial do autorizado ou dissolução da pessoa jurídica.

## **CAPÍTULO VI – DAS PERMISSÕES**

Art. 22 O termo de permissão corresponderá a cada linha e conterá:

I – Obrigações das permissionárias em:

- a) executar o serviço de maneira satisfatória, observando as exigências contidas no contrato de permissão e nesta Lei, bem como as orientações do Órgão Gestor;
- b) cumprir os horários e itinerários previamente estabelecidos, sob pena de aplicação das multas e sanções a serem previstas no regulamento desta Lei;
- c) cobrar a tarifa referente à utilização do transporte coletivo urbano;
- d) submeter os veículos a inspeções periódicas, de acordo com as determinações do órgão gestor do sistema;
- e) iniciar os serviços no prazo determinado e mantê-lo até 60=(sessenta) dias após o término do termo de permissão ou sua cessão a qualquer título;
- f) responder pelos prejuízos decorrentes de interrupção dos serviços e dos acidentes motivados por má conservação dos veículos ou por culpa dos seus empregados e/ou prepostos;
- g) efetuar contrato de seguro com companhia idônea, para garantia referente à responsabilidade civil, danos morais e materiais por ventura ocorridos com os passageiros, nos limites estabelecidos no regulamento, respeitando-se a legislação pertinente em vigor;
- h) tratar com urbanidade e respeito os usuários e os agentes da administração pública;
- i) afastar os empregados e prepostos da empresa, cuja permanência no serviço seja julgada inconveniente;
- j) responder, por si, seus empregados e prepostos, por danos causados ao Município, seja por culpa ou dolo;
- k) comprovar a propriedade dos veículos utilizados para a execução do contrato;
- l) conceder, mediante apresentação de credencial, passagem gratuita aos fiscais municipais, bem como aos cidadãos pato-branquenses com mais de 60=(sessenta) anos de idade e aos portadores de deficiência;
- m) Conceder desconto de 50%=(cinquenta por cento) nos preços das passagens aos estudantes regularmente matriculados na rede pública e privada de ensino=(fundamental, médio e superior), conforme previsto na Lei Orgânica – Emenda nº 10, respeitando-se os requisitos e exigências a serem fixados no regulamento.

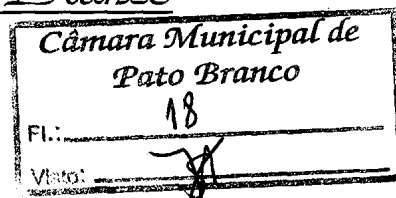






# *Prefeitura Municipal de Pato Branco*

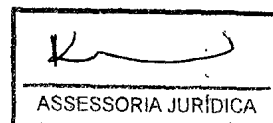
ESTADO DO PARANÁ  
GABINETE DO PREFEITO



- n) estabelecer o uso de uniforme, aprovado pelo órgão gestor, para o pessoal do tráfego e exigir-lhe perfeito estado de asseio;
  - o) encaminhar na forma a ser prevista no regulamento, os documentos e informações exigidas pelo Órgão Gestor, inclusive os documentos necessários para coleta das informações que compõem a planilha;
  - p) organizar e manter escriturados, livros, registros e fichários segundo padrões estabelecidos pelo órgão gestor competente, que poderá requerer vistoria e análise dos mesmos a qualquer momento, independente de aviso ou notificação;
  - q) vender passagens;
  - r) observar as normas de segurança do trabalho e prevenção de acidentes;
  - s) promover a constante atualização de seus funcionários, sendo que deverá ser comprovada a realização da mesma perante o Órgão Gestor através da apresentação dos certificados dos participantes;
  - t) proibir qualquer espécie de comércio no interior do veículo;
  - u) proibir o ingresso de animais no interior do veículo.
- II – o prazo de sua duração;
- III – a linha e seu itinerário;
- IV – as obrigações do Órgão Gestor no que tange às normas e remuneração dos serviços, levando-se em consideração o valor apontado pela planilha;
- V – a obrigação da revisão anual dos preços tarifários, de acordo com o índice apresentado pela planilha anexa a presente Lei;
- VI – as condições usuais e as julgadas necessárias para acautelar o interesse público;
- VII – as penalidades;
- VIII – as demais exigências do artigo 74 da Lei Orgânica Municipal;
- IX – valor do investimento inicial na estruturação dos serviços;
- X – hipóteses de caducidade e revogação.

Art. 23 Será revogada a permissão nos seguintes casos:

- I – manifesta e comprovada deficiência do serviço;
- II – reiterada desobediência aos preceitos legais e reguladores;
- III – inadimplemento das obrigações assumidas no termo da permissão;
- IV – paralisação dos serviços, por decisão das permissionárias, com objetivo de impor condições que lhes favoreça;
- V – fraude no fornecimento de dados e informações solicitadas pelo órgão gestor, principalmente no que se refere aos dados para composição da planilha.





# *Prefeitura Municipal de Pato Branco*

ESTADO DO PARANÁ  
GABINETE DO PREFEITO

<i>Câmara Municipal de Pato Branco</i>	
Fl.:	17
Visto:	<i>[assinatura]</i>

Art. 24 A revogação da permissão será precedida de processo administrativo em que se assegurará a ampla defesa e o contraditório.

Parágrafo Primeiro: O processo administrativo será instaurado quando a permissionária, autuada, advertida, multada e notificada a sanar irregularidades ou ilegalidades, nelas persistir por mais de 03=(três) dias, devendo o Prefeito Municipal designar comissão especial para atuar no procedimento, que deverá ser composta obrigatoriamente por: Diretor do Órgão Gestor, Secretário de Administração e Planejamento; um Assessor Jurídico Municipal; um representante do Poder Legislativo Municipal; dois representantes do CMTC.

Parágrafo Segundo: Ocorrendo a revogação da permissão, respeitando-se o disposto nesta Lei, não há direito ao permissionário a qualquer espécie de indenização.

Art. 25 A cassação ou a declaração de caducidade da permissão ocorrerá nos termos do artigo 75 da Lei Orgânica Municipal.

Art. 26 A permissão não poderá ser transferida a terceiros.

Art. 27 No ato de assinatura do termo da permissão, e, posteriormente, anualmente, a permissionária deverá apresentar ao Órgão Gestor:

I – apólice de seguro de responsabilidade civil e apólice de seguro de acidentes pessoais em favor de seus usuários, de acordo com os valores e parâmetros fixados pelo Órgão Gestor;

II – certificado de registro dos veículos a serem utilizados na operação das linhas;

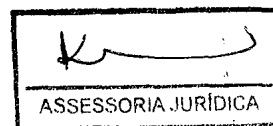
III – laudo de vistoria dos veículos expedido pelo Detran;

IV – outros documentos que o Órgão Gestor solicite.

## **CAPÍTULO VII - DO TRANSPORTE COLETIVO INTERIORANO**

Art. 28 A exploração de Transporte Coletivo Interiorano por meio de ônibus ou micro-ônibus, poderá ser outorgada a empresas mediante termo de permissão, precedida de licitação.

Art. 29 Ao permissionário do transporte coletivo interiorano será garantido um prazo máximo de vigência da permissão de até 05=(cinco) anos, enquanto cumprir as condições do termo de permissão, bem como as disposições cabíveis constantes neste Lei.





# *Prefeitura Municipal de Pato Branco*

ESTADO DO PARANÁ  
GABINETE DO PREFEITO

<i>Câmara Municipal de</i> <b>Pato Branco</b>	
Fl.:	16
Visto:	38

Art. 30 Na exploração dos serviços, a empresa permissionária se obrigará a operar com veículo com vida útil máxima de 10=(dez) anos.

Art. 31 No ato da assinatura de permissão, a permissionária deverá apresentar os documentos constantes no artigo 27.

## **CAPÍTULO VIII - DO TRANSPORTE COLETIVO URBANO**

Art. 32 A exploração dos serviços de Transporte Coletivo Urbano por meio de ônibus, micro-ônibus, ou qualquer outro modelo que atenda as exigências de qualidade de prestação de serviço, segurança, devidamente aprovada pelo Órgão Gestor, deverá ser outorgada mediante termo de permissão.

Parágrafo Primeiro. Poderá ocorrer renovação dos contratos de permissão de execução de serviço de Transporte Coletivo Urbano números 019/95 e 020/95, conforme disposto na Lei Municipal nº 1355/95, havendo interesse público justificado e mediante autorização legislativa.

Parágrafo Segundo. A única hipótese de renovação dos contratos de permissão é a prevista no parágrafo anterior, demais permissões somente serão pactuados com empresa (s) exploração de transporte coletivo urbano, precedida concorrência pública, respeitando-se o disposto nesta Lei, bem como na Lei de Licitações.

Art. 33 Ao permissionário será garantido o prazo de vigência da permissão de 10=(dez) anos, ou enquanto cumprir as condições do termo de permissão, bem como o disposto nesta Lei.

Art. 34 Na exploração do serviço, a empresa permissionária se obrigará a operar com veículos com média de vida útil de no máximo seis anos.

## **CAPÍTULO IX - DAS NOVAS LINHAS A SEREM CRIADAS**

Art. 35 Ocorrendo à criação de novas linhas, devidamente caracterizado e justificado o interesse público e a necessidade, não havendo acordo entre as empresas permissionárias quanto aos ajustes necessários, procedimento este que deverá ser conduzido pelo Órgão Gestor, deverá ocorrer à realização de procedimento licitatório.

Parágrafo Primeiro. As permissionárias não poderão participar do procedimento licitatório, uma vez que não acordaram com o Órgão Gestor os ajustes necessários para o atendimento da linha criada.



# *Prefeitura Municipal de Pato Branco*

ESTADO DO PARANÁ  
GABINETE DO PREFEITO

<i>Câmara Municipal de Pato Branco</i>	
Fl.:	15
Visto:	

Parágrafo Segundo. O prazo de vigência da permissão para atendimento da linha criada, será o mesmo prazo que falta para o término das demais permissões vigentes.

## **CAPÍTULO X - DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO**

Art. 36 Face o disposto no artigo 32, após decorrida a vigência das permissões, ou eventualmente seu cancelamento, será desencadeado certame licitatório que deverá obrigatoriamente obedecer às condições estabelecidas na Lei de Licitações, ou outra que vier a substituí-la, bem como a presente Lei.

Art. 37 Devidamente homologado o(s) vencedor(es) do certame licitatório, terá(ão) o(s) permissionário(s) o prazo máximo e improrrogável de 30=(trinta) dias para iniciar(em) a execução dos serviços, sob pena de cancelamento da permissão, com aplicação de multa e sanções que devem estar previstas no Edital do certame licitatório.

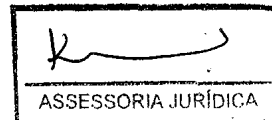
## **CAPÍTULO XI - DAS OBRIGAÇÕES DAS PERMISSONÁRIAS**

Art. 38 Aos operadores de serviços outorgados na forma desta Lei, incumbe prestar atendimento qualitativo e quantitativo ao mercado de passageiros que satisfaça, no mínimo as seguintes condições:

- I – segurança absoluta;
- II – regularidade, continuidade e pontualidade;
- III – conforto e higiene;
- IV – disponibilidade de veículos necessários à demanda;
- V – eficiência na administração e controle de custos que compõem a planilha;
- VI – atualização tecnológica e gerencial;

Art. 39 Tendo por escopo a prestação de serviço adequado, o permissionário obriga-se:

- I – manter estrutura logística de acordo com o porte do serviço;
- II – selecionar o pessoal de operação através de rigorosos testes e exames de capacidade técnico-profissional, sanidade física e mental;
- III – implantar modernas políticas de recursos humanos, que impliquem em:
  - a) contínuos e permanentes estágios de treinamento, especialização e aperfeiçoamento;
  - b) condições ambientais para o lazer, repouso e trabalho.




ASSESSORIA JURÍDICA



# *Prefeitura Municipal de Pato Branco*

ESTADO DO PARANÁ  
GABINETE DO PREFEITO

Câmara Municipal de	
Pato Branco	
Fl.:	14
Assinado:	

IV – submeter seus veículos e equipamentos a revisões e inspeções periódicas, seguindo as determinações do órgão gestor.

## **CAPÍTULO XII - DOS DIREITOS E DEVERES DO USUÁRIO**

Art. 40 Constituem direitos do usuário do sistema:

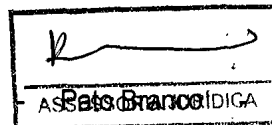
- I – utilização de uma prestação de serviço adequada nos termos desta Lei;
- II – ter garantido seu lugar no ônibus, nas condições fixadas no regulamento;
- III – ser atendido com urbanidade e cortesia pelos funcionários das permissionárias e pelos agentes de fiscalização;
- IV – receber informações sobre as características do sistema de transporte coletivo urbano;
- V – recorrer aos agentes do Órgão Gestor para obter informações ou fazer reclamações contra o serviço;
- VI – prosseguir viagem, no caso de interrupção, no mesmo veículo ou em outro de características idênticas ou superior ao inicialmente utilizado;
- VII – receber, em caso de acidente, imediata e adequada assistência por parte da empresa permissionária;
- VIII – transportar, sem pagamento de passagem, criança de até 05=(cinco) anos de idade, obedecidas as disposições legais vigentes referentes ao transporte de menor;
- IX – ser transportado gratuitamente, mediante apresentação de credencial, que será fornecida pelo Órgão Gestor, maior de 60=(sessenta) anos de idade e portadores de deficiência física;
- X – receber troco corretamente em moeda corrente nacional.

Art. 41 Constituem deveres do usuário:

- I – pagar o preço da tarifa fixada pelo Órgão Gestor;
- II – não fumar ou beber qualquer espécie de bebida alcoólica no interior do veículo;
- III – portar-se com educação e postura no interior do veículo, respeitando os funcionários da permissionária, bem como os demais usuários;
- IV – abster-se de porte de arma, salvo autoridades legalmente habilitadas, e de transportar produtos perigosos;
- V – adotar postura compatível com a segurança da viagem;
- VI – acatar a autoridade do motorista, agindo este em defesa da segurança e tranquilidade dos passageiros.

## **CAPÍTULO XIII - DA FISCALIZAÇÃO**

Art. 42 A fiscalização que será realizada pelo Órgão Gestor será de natureza permanente, incidindo sobre os aspectos técnico, operacional e econômico/contábil da permissionária.





# *Prefeitura Municipal de Pato Branco*

ESTADO DO PARANÁ  
GABINETE DO PREFEITO

<i>Câmara Municipal de</i> <b>Pato Branco</b>	
Fl.:	13
Visto:	

Art. 43 A fiscalização técnica incidirá sobre os setores de manutenção e condições da frota de serviço, mormente no que tange aos aspectos de conservação, segurança e atualização tecnológica.

Art. 44 A fiscalização operacional desenvolver-se-á nos itinerários durante o percurso, e nos pontos de parada e terminais, verificando-se o perfeito cumprimento dos planos de operação com ênfase à segurança, conforto e pontualidade.

Parágrafo único. Deverá o Órgão Gestor, definir através de Regulamento sistema de multa por infração quanto à antecipação e atraso de horários, bem como o tempo de tolerância de permanência do veículo no ponto de ônibus.

Art. 45 O Órgão Gestor estabelecerá instrumento de avaliação da situação econômica e financeira das permissionárias, através da análise de relatórios, fiscalizações e auditorias, que poderão ser realizadas a qualquer tempo.

Art. 46 Os fiscais do Órgão Gestor serão devidamente qualificados e credenciados para o pleno exercício da missão fiscalizadora.

Art. 47 O Órgão Gestor criará condições que facilitem a participação do público usuário na avaliação do serviço, através de sugestões e reclamações.

## **CAPÍTULO XIV - DAS PENALIDADES**

Art. 48 As infrações desta Lei e seu Regulamento são passíveis de:

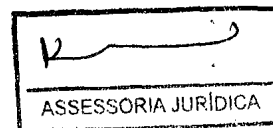
I – advertência escrita;

II – multa de 100 a 500 unidades fiscais por infração, havendo reincidência num período de 03=(três) anos, a multa aplicada será de 5000 unidades fiscais, a serem convertidas na data de seu pagamento.

III – revogação da permissão

Parágrafo Único. O regulamento discriminará as infrações, sua natureza e classificação bem como as sanções com a respectiva gradação, nos limites desta Lei.

Art. 49 A inobservância primária de disposições regulamentares, que não impliquem em revogação da permissão ou autorização será passível de advertência ao infrator.





# *Prefeitura Municipal de Pato Branco*

ESTADO DO PARANÁ  
GABINETE DO PREFEITO

Câmara Municipal de	
Pato Branco	
Fl.:	12
Visto:	

Art. 50 Será lavrado auto de infração em duplicata, segundo modelos e instruções expedidos pelo Órgão Gestor, sendo uma via entregue ao infrator para conhecimento e apresentação de eventual defesa no prazo legal.

Art. 51 Lavrado o auto de infração, não poderá este ser inutilizado, tampouco sustado o curso do respectivo processo, devendo o fiscal apresenta-lo a autoridade competente, mesmo tendo incidido em erro, o que será objeto de conveniente apuração.

Art. 52 Ao infrator será concedido o prazo de 15 dias contados a partir da ciência da lavratura do auto de infração, para querendo, apresentar defesa.

Art. 53 As diligências determinadas em consequência de razões de defesa ou de recurso, serão realizadas por Comissão a ser constituída pelo Órgão Gestor.

Parágrafo Único. Os fiscais do Órgão Gestor não poderão participar da Comissão que atuar nas questões previstas no artigo 53.

Art. 54 Da decisão que impuser multa ou outra espécie de sanção, caberá recurso voluntário ao Conselho Municipal de Transporte Coletivo, no prazo de 15=(quinze) dias contados da ciência da decisão e deste, em última instância, ao Prefeito, em idêntico prazo.

Art. 55 As tarifas serão fixadas pela Prefeitura Municipal, seguindo obrigatoriamente a planilha anexa a presente Lei, que deverá obrigatoriamente assegurar:

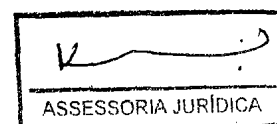
I – a justa remuneração do capital empregado para execução do serviço de transporte e o equilíbrio econômico financeiro da permissionária;

II – a revisão da planilha será anual, contudo, as permissionárias deverão apresentar mensalmente os dados que integram a planilha, devidamente acompanhados dos seus respectivos documentos comprobatórios.

## **CAPÍTULO XVI - DA REGULAMENTAÇÃO**

Art. 56 O poder regulamentador, para efeito do desdobramento e detalhamento desta Lei, visando à estruturação e implementação dos serviços de Transporte Coletivo de Passageiros é inerente ao Executivo Municipal.

Parágrafo Primeiro: No Regulamento a ser elaborado respeitando-se os termos desta Lei, o Executivo Municipal indicará o Órgão Gestor do sistema de Transporte Coletivo de Passageiros do Município.





# *Prefeitura Municipal de Pato Branco*

ESTADO DO PARANÁ  
GABINETE DO PREFEITO

<i>Câmara Municipal de</i> <i>Pato Branco</i>	
Fl.:	11
Visto:	

Parágrafo Segundo: A criação e estruturação do Órgão Gestor deverá ocorrer no prazo máximo de 30=(trinta) dias, contados a partir da publicação desta Lei.

## **CAPÍTULO XVII - DO ÓRGÃO GESTOR**

Art. 57 O Órgão Gestor do sistema de transporte coletivo de passageiros , a que se refere o parágrafo primeiro do artigo anterior, será o responsável pela autorização e permissão dos serviços de transporte coletivo de passageiros nos segmentos urbano e interiorano, competindo-lhe planeja-lo, organiza-lo e coordena-lo e controla-lo de forma integrada, tendo por escopo assegurar o equilíbrio e harmonia de todo o sistema.

Parágrafo único. O Órgão Gestor do Sistema de Transporte Coletivo deverá dispor de equipe técnica de comprovada capacidade, para dar cumprimento ao disposto nesta Lei.

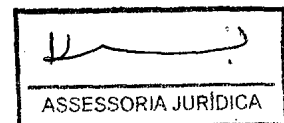
Art. 58 – No exercício das suas atribuições, competirá ao Órgão Gestor:

- I – desenvolver o plano diretor de Transporte Coletivo de Passageiros, nos termos desta Lei;
- II – estabelecer orientação uniforme e condições para implantação e funcionamento de terminais e pontos de parada e outros equipamentos de apoio;
- III – estabelecer os critérios operacionais das linhas;
- IV – fixar anualmente, observados os critérios estabelecidos nesta Lei e na planilha, a tarifa do serviço;
- V – implantar, observando equilíbrio da equação econômica financeira das permissionárias, as formas de operação mais convenientes ao interesse público;
- VI – fiscalizar os serviços e aplicar as penalidades previstas em regulamento;
- VII – intervir diretamente no sistema, total ou parcialmente, para restabelecer o seu equilíbrio;
- VIII – requisitar serviços, em caráter precário e temporário, em situações emergentes de grave perturbação da ordem, iminente perigo ou grande e inadiável necessidade social;
- IX – garantir a apuração de sugestões de denúncias, apresentadas por usuários do sistema.

## **CAPÍTULO XVIII - DAS CONDIÇÕES GERAIS**

Art. 59 Os horários determinados poderão ser ampliados, diminuídos ou alterados pelo Órgão Gestor, a requerimento da permissionária, de entidade organizada do Município, de ofício ou sempre que o exigir o interesse público, ouvido o Conselho Municipal de Transporte Coletivo.

Art. 60 É proibida a emissão de vales e bilhetes semelhantes para servirem como moeda divisória.



ASSESSORIA JURÍDICA


13





# *Prefeitura Municipal de Pato Branco*

ESTADO DO PARANÁ  
GABINETE DO PREFEITO

<i>Câmara Municipal de</i> <i>Pato Branco</i>	
Fl.:	10
Visto:	

Art. 61 Independência de licitação a alteração da linha por exigência do interesse público devidamente justificado, que mantiver, no mínimo 60%=(sessenta por cento) do itinerário original.

Art. 62 Findo o prazo de vigência da permissão, se a Prefeitura decidir pela exploração direta dos serviços, nenhum ônus trabalhista lhe caberá, ou outro de qualquer natureza, caso resolva adquirir os veículos e/ou instalações do antigo permissionário.

Art. 63 As taxas e emolumentos relativas a licenças e vistorias dos veículos serão fixadas pelo Executivo Municipal observada a legislação tributária vigente.

Art. 64 O Poder Executivo, dentro de 30=(trinta) dias, expedirá regulamento, no qual deverão ser consolidados as disposições desta Lei.

Art. 65 As permissionárias e autorizadas são obrigadas a franquear aos fiscais municipais os escritórios, garagens, oficinas, depósitos ou veículos fornecendo todas as informações e documentações que se relacionarem com a fiscalização.

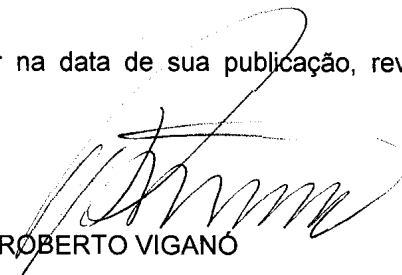
Art. 66 O Município compete explorar publicidade nos abrigos de passageiros, sendo a renda destinada a manutenção do Órgão Gestor.

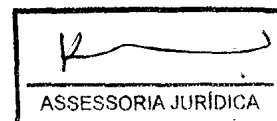
Art. 67 As permissionárias poderão efetuar a venda de espaços publicitários nos veículos, tanto no interior como no exterior dos mesmos, respeitando-se a legislação em vigor, mediante autorização e aprovação da campanha publicitária pelo Órgão Gestor.

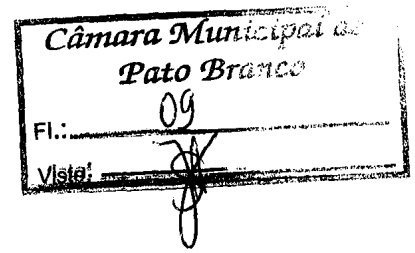
Parágrafo Primeiro. A renda com a venda dos espaços publicitários será lançada na planilha de custos.

Parágrafo Segundo. As permissionárias deverão reservar parte de seu espaço destinado a campanhas publicitárias ao Município para desenvolvimento de campanhas institucionais, avisos de utilidade pública, dentre outros, sem quaisquer ônus.

Art. 67 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

  
ROBERTO VIGANO  
Prefeito Municipal





# ANEXO I

## PLANILHA DE CUSTOS E TARIFA DO TRANSPORTE COLETIVO

1A	B	C	D	E	F
2		PLANILHA DE CUSTOS E TARIFA DO TRAI			
3		PATO BRANCO - PARAÍ			
4		PLANILHA DO MÊS DE SETEMI			
5		TIPO DE VEÍCULO:		GERAL	
6	CÓD.	ITENS	unid	PARÂM	PREÇO
7					
8		VALOR CONTAS DESP.DEPENDENTES			
9	1	CONTAS DESPESAS DEPENDENTES			
10	1.1	Óleo Diesel	L/Km	=G10/F10	=Preços!J7
11	1.2	Lubrificantes	Diesel/Ano	0,05	=H10
17	1.3	Rodagem			
18	2	CONTAS DESPESAS OPERACIONAIS			
19	2.1	DESPESAS VARIÁVEIS			
20	2.1.1	Peças e Acessórios	Veíc/Ano	0,05	=H20/E20
21	2.1.2	Despesas Gerais	Veíc/Ano	=0,0017*12	=H21/E21
22	2.1.3	Estoques/Almoxarifado	Veíc/Ano	=0,03*0,12	=H22/E22
23	2.2	DESPESAS COM PESSOAL			
24	2.2.1	Motorista			
25	2.2.2	Fiscal			
26	2.2.3	Cobrador			
27	2.2.4	Diretores			
28	2.2.5	Administração	Tráfego	0,08	=SOMA(H24:F
29	2.2.6	Manutenção	Tráfego	0,12	=F28
30					
31	3	CONTAS FIXAS			
32	3.1	DEPRECIAÇÕES			
33	3.1.1	Depreciações Veículos	Veíc/Ano	=0,9/10	=F20
34	3.1.2	Depreciação de Maquinas, Instalações e Equipamentos	Veíc/Ano	=0,0001*12	=F\$21
35	3.1.3				
36	3.2	REMUNERAÇÃO			
37	3.2.1	Remuneração Veículos	%/Ano	0,12	=H37/E37
38	3.2.2	Remuneração de Maquinas, Instalações e Equipamentos	Veíc/Ano	=0,04*0,12	=F\$21
39					
40					
41	4	SUB-TOTAL (1 + 2 + 3)			
42					
43	5	TRIBUTOS: PIS (0,65%), COFINS (3%), ISS(2%)			
44					
45					
46					
47		TOTAL GERAL			
48					
49		QUILOMETRAGEM ANUAL			
50		FROTA OPERANTE			
51		PMA=			
52		CUSTO / KM - TOTAL GERAL			
53		PASSAGEIROS ANO Equivalente			
54		IPK Equivalente			
55		CUSTO POR PASSAGEIRO			



1A	B	C	D	E	F
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					
21					
22					
23					
24					
25					
26					
27					
28					
29					
30					
31					
32					
33					
34					
35					
36					
37					
38					
39					
40					
41					
42					
43					
44					
45					
46					
47					
48					
49					
50					
51					
52					
53					
54					
55					

PATO BRANCO - PARANÁ

PLANILHA DO MÊS DE SETEMBRO 2006

=SE(D5="CO"):"COMUM";SE(D5="MI"):

TIPO DE VEÍCULO: MI

CÓD.	ITENS	unid	PARÂM	PREÇO	F
	VALOR CONTAS DESP.DEPENDENTES				=SOMA(G
1	CONTAS DESPESAS DEPENDENTES				
1.1	Óleo Diesel	L/Km	0,3125	=PreçosI7	=E10*F10
1.2	Lubrificantes	Diesel/Ano	0,05	=H10	=H11/I51
1.3	Rodagem				=Rodagen
2	CONTAS DESPESAS OPERACIONAIS				=G19+G2
2.1	DESPESAS VARIÁVEIS				=G20+G2
2.1.1	Peças e Acessórios	Veic/Ano	0,05	=(PrMédVeicI23)	=H20/\$I51
2.1.2	Despesas Gerais	Veic/Ano	=0,0017*12	=(PrMédVeicI21)	=H21/\$I51
2.1.3	Estoques/Almoxarifado	Veic/Ano	=0,03*0,12	=F\$21	=H22/\$I51
2.2	DESPESAS COM PESSOAL				=G24+G2
2.2.1	Motorista				=H24/\$I51
2.2.2	Despachante				=H25/\$I51
2.2.3	Cobrador				=H26/\$I51
2.2.4	Diretores				=H27/\$I51
2.2.5	Administração	Tráfego	0,08	=SOMA(H24:H26)	=H28/\$I51
2.2.6	Manutenção	Tráfego	0,12	=F28	=H29/\$I51
3	CONTAS FIXAS				=G32+G3
3.1	DEPRECIAÇÕES				=G33+G3
3.1.1	Depreciações Veículos	Veic/Ano	=0,8/10	=F20	=H33/\$I51
3.1.2	Depreciação de Maquinas, Instalações e Equipamentos	Veic/Ano	=0,0001*12	=F\$21	=H34/\$I51
3.1.3					
3.2	REMUNERAÇÃO				=G37+G3
3.2.1	Remuneração Veículos	%/Ano	0,12	=PrMédVeicI24	=H37/\$I51
3.2.2	Remuneração de Maquinas, Instalações e Equipamentos	Veic/Ano	=0,04*0,12	=F\$21	=H38/\$I51
4	SUB-TOTAL (1 + 2 + 3)				=G8+G18
5	TRIBUTOS: PIS (0,65%), COFINS (3%), ISS(2%)				=H43/\$I51
	TOTAL GERAL				=G41+G4

QUILOMETRAGEM ANUAL  
FROTA OPERANTE  
PMA=  
CUSTO / KM

G	H	I	J	K	L
---	---	---	---	---	---

2006  
=MI; MICRO; SE (DS=GE; GERAL; ER00)))

R\$/KM	R\$/ANO POR VEÍCULO	R\$/ANO TOTAL	PARTIC		
=SOMA(G10:G17)	=SOMA(H10:H17)	=H8*\$I\$50	=(H8/H47)*100	297862,130281436	=I8-K8
				0	=I9-K9
=E10*F10	=S151*G10	=H10*\$I\$50		255646,167041304	=I10-K10
=H11/I51	=F11*0,05	=H11*\$I\$50		12782,3083520652	=I11-K11
=RodagemI/G25	=S151*G17	=H17*\$I\$50		29433,6548880663	=I17-K17
=G19+G23	=H18+H23	=H18*\$I\$50	=(H18/H47)*100	891575,193464557	=I18-K18
=G20+G21+G22	=H20+H21+H22	=H19*\$I\$50		140978,317255597	=I19-K19
=H20/\$I51	=E20*F20	=H20*\$I\$50		94778,3172555967	=I20-K20
=H21/\$I51	=E21*F21	=H21*\$I\$50		39270	=I21-K21
=H22/\$I51	=E22*F22	=H22*\$I\$50		6930	=I22-K22
=G24+G26+G28+G27+G	=H24+H26+H26+H27+H28+H29	=H23*\$I\$50		750596,87620896	=I23-K23
=H24/\$I51	=(FPagIK8)	=H24*\$I\$50		542646,88302528	=I24-K24
=H25/\$I51	=(FPagIK9)	=H25*\$I\$50		31828,93881552	=I25-K25
=H26/\$I51	=SE(D5="MI";0;(FPagIK11))	=H26*\$I\$50		0	=I26-K26
=H27/\$I51	=FPagIK13	=H27*\$I\$50		61225,89	=I27-K27
=H28/\$I51	=SOMA(H24:H26)*0,08	=H28*\$I\$50		45958,065747264	=I28-K28
=H29/\$I51	=SOMA(H24:H26)*0,12	=H29*\$I\$50		68937,098620896	=I29-K29
		=H30*\$I\$50		0	=I30-K30
=G32+G36	=H32+H36	=H31*\$I\$50	=(H31/H47)*100	409618,932473506	=I31-K31
=G33+G34+G35	=H33+H34+H35	=H32*\$I\$50		172910,971060074	=I32-K32
=H33/\$I51	=E33*F33	=H33*\$I\$50		170600,971060074	=I33-K33
=H34/\$I51	=E34*F34	=H34*\$I\$50		2310	=I34-K34
		=H35*\$I\$50		0	=I35-K35
=G37+G38+G39	=H37+H38+H39	=H36*\$I\$50		236707,961413432	=I36-K36
=H37/\$I51	=E37*F37	=H37*\$I\$50		227467,961413432	=I37-K37
=H38/\$I51	=E38*F38	=H38*\$I\$50		9240	=I38-K38
		=H39*\$I\$50		0	=I39-K39
		=H40*\$I\$50		0	=I40-K40
=G8+G18+G31	=H8+H18+H31	=H41*\$I\$50	=(H41/H47)*100	1599056,2562195	=I41-K41
		=H42*\$I\$50		0	=I42-K42
=H43/\$I51	=H41/((1-0,0066-0,03-0,02)-H41	=H43*\$I\$50	=(H43/H47)*100	95756,9459209343	=I43-K43
		=H44*\$I\$50		0	=I44-K44
		=H45*\$I\$50		0	=I45-K45
		=H46*\$I\$50		0	=I46-K46
=G41+G43	=H41+H43	=H47*\$I\$50	100	1694813,20214043	=I47-K47
					=I48-K48
					=I49-K49
					=I50-K50
					=I51-K51
					=I52-K52
					=I53-K53
					=I54-K54
					=I55-K55

=DOperIE36  
=DOperIF36  
=I49/I50  
=I47/I49

484083,748243889  
11  
44005,795294899  
3,50121901978606  
7,07050349628826

24/5/2006 16:29

2

Câmara Municipal de  
Pato Branco

Fl.: 07

Visto:

1A	B	C	D	E	F	G
2						PLANILHA DE CUSTOS E TARIFA DO TRANSPORTE CO
3						PATO BRANCO - PARANÁ
4						PLANILHA DO MÊS DE SETEMBRO 2005
5			TIPO DE VEÍCULO: CO	=SE(D5="CO";"COMUM";SE(D5="MI","MICRO		
6	CÓD.	ITENS	unid	PARÂM	PREÇO	R\$/KM
7		VALOR CONTAS DESP.DEPENDENTES				=SOMA(G10:G17)
8	1	CONTAS DESPESAS DEPENDENTES				
9	1.1	Óleo Diesel	L/Km	0,368823	=Preços!J7	=E10*F10
10	1.2	Lubrificantes	Diesel/Ano	0,05	=H10	=H11/I51
11	1.3	Rodagem				=(Rodagem!N25)
12	2	CONTAS DESPESAS OPERACIONAIS				=G19+G23
13	2.1	DESPESAS VARIÁVEIS				=G20+G21+G22
14	2.1.1	Pecas e Acessórios	Veic/Ano	0,05	=(PrMédVeic!N23)	=H20/\$I51
15	2.1.2	Despesas Gerais	Veic/Ano	=0,0017*12	=(PrMédVeic!N21)	=H21/\$I51
16	2.1.3	Estoques/Almoxarifado	Veic/Ano	=0,03*0,12	=F\$21	=H22/\$I51
17	2.2	DESPESAS COM PESSOAL				=G24+G25+G26+G27+
18	2.2.1	Motorista				=H24/\$I51
19	2.2.2	Outros Tráfego				=H25/\$I51
20	2.2.3	Cobrador				=H26/\$I51
21	2.2.4	Diretores				=H27/\$I51
22	2.2.5	Administração	Tráfego	0,08	=SOMA(H24:H26)	=H28/\$I51
23	2.2.6	Manutenção	Tráfego	0,12	=F28	=H29/\$I51
24	3	CONTAS FIXAS				=G32+G36
25	3.1	DEPRECIAÇÕES				=G33+G34+G35
26	3.1.1	Depreciação Veículos	Veic/Ano	=0,9/10	=F20	=H33/\$I51
27	3.1.2	Depreciação de Maquinas, Instalações e Equipamentos	Veic/Ano	=0,0001*12	=F\$21	=H34/\$I51
28	3.1.3					
29	3.2	REMUNERAÇÃO				=G37+G38+G39
30	3.2.1	Remuneração Veículos	%/Ano	0,12	=PrMédVeic!N24	=H37/\$I51
31	3.2.2	Remuneração de Maquinas, Instalações e Equipamentos	Veic/Ano	=0,04*0,12	=F\$21	=H38/\$I51
32						
33	4	SUB-TOTAL (1 + 2 + 3)				=G8+G18+G31
34	5	TRIBUTOS: PIS (0,65%), COFINS (3%), ISS(2%)				=H43/\$I51
35						
36						
37						
38						
39						
40						
41						
42						
43						
44						
45						
46						
47		TOTAL GERAL				=G41+G43
48						
49		QUILOMETRAGEM ANUAL				
50		FROTA OPERANTE				
51		PMA=				
52		CUSTO / KM				
53						
54						
55						

=152-K52  
 =153-K53  
 =154-K54  
 =155-K55

24/5/2006 16:31 (3)



1A	B	C	D	E	F	G
2	CÁLCULO DO CUSTO DO TRANSPORTE URBANO					
3	PATO BRANCO - PARANÁ					
4	METODOLOGIA E CÁLCULO DA RODAGEM					
5						
6	TIPO DE VEÍCULO:		MICRO			
7	ITENS	DIMENSÕES	ÍNDICE	PREÇO	% PARTIC.	R\$/KM
8	Pneu Radial	275/80	=ARRED(K8*60/80;7)	1170	78,26	=(D8*E8*F8)/100
9	Pneu Radial	1000 X 20	=ARRED(K9*60/80;7)	1080	13,04	=(D9*E9*F9)/100
10	Pneu Radial	1100 X 22	=ARRED(K10*60/80;7)	1400	8,7	=(D10*E10*F10)/100
11	SUB-TOTAL		=D10	=G11*100/F11/D11	=SOMA(F8:F10)	=G8+G9+G10
12	Câmara		=ARRED(K12*60/80;7)	0	=F8	=(D12*E12*F12)/100
13	Câmara	1000 X 20	=ARRED(K13*60/80;7)	67	13,04	=(D13*E13*F13)/100
14	Câmara	1100 X 22	=ARRED(K14*60/80;7)	79	8,7	=(D14*E14*F14)/100
15	SUB-TOTAL		=D14	=G15*100/F15/D15	=SOMA(F12:F14)	=G12+G13+G14
16	Recape Radial	275/80	=ARRED(K16*60/80;7)	277	=F8	=(D16*E16*F16)/100
17	Recape Radial	1000 X 20	=ARRED(K17*60/80;7)	277	13,04	=(D17*E17*F17)/100
18	Recape Radial	1100 X 22	=ARRED(K18*60/80;7)	323	8,7	=(D18*E18*F18)/100
19	SUB-TOTAL		=D18	=G19*100/F19/D19	=SOMA(F16:F18)	=G16+G17+G18
20	Protetor Radial		=ARRED(K20*60/80;7)	0	=F8	=(D20*E20*F20)/100
21	Protetor Radial	1000 X 20	=ARRED(K21*60/80;7)	34	13,04	=(D21*E21*F21)/100
22	Protetor Radial	1100 X 22	=ARRED(K22*60/80;7)	42	8,7	=(D22*E22*F22)/100
23	SUB-TOTAL		=D22	=G23*100/F23/D23	=SOMA(F20:F22)	=G20+G21+G22
24	TOTAL RODAGEM					
25	POR KM					=ARRED(G11+G15+G19+G23;6
26						
27						

2

1A	B	C	D	E	F	G
2	CÁLCULO DO CUSTO DO TRANSPORTE URBANO					
3	PATO BRANCO - PARANÁ					
4	CÁLCULO DO VEÍCULO PADRÃO					
5	TIPO DE VEÍCULO:	=MicroID5	=MicroIE5			
6						
7	MARCA/MODELO	QUANTIDADE	% PARTIC.	CHASSI	CARROCERIA	TOTAL
8	Mercedes Benz					
9	OF 1418	=SE(C5="MI";CONT.SE(B\$31:B\$54;"OF 1418");0)	=(C9/C\$19)*100	=PreçosI.J42	=PreçosI.J50	=(E9+F9)*D9/100
10						=(E10+F10)*D10/100
11						=(E11+F11)*D11/100
12						=(E12+F12)*D12/100
13						=(E13+F13)*D13/100
14						
15						=(E15+F15)*D15/100
16						
17						=(E17+F17)*D17/100
18						=(E18+F18)*D18/100
19	TOTAL GERAL	=SOMA(C9:C18)	=SOMA(D9:D18)			=SOMA(G9:G17)
20						
21	VALOR DO VEÍCULO PADRÃO=					=G19
22	RODAGEM=					=RodagemIN26
23	VEÍCULO PADRÃO - RODAGEM=					=G21-G22
24	SALDO VEÍCULO PADRÃO - RODAGEM=					=G23*F80
25						
26	PLANILHA DE CÁLCULO DE IDADE MÉDIA DA FROTA					
27						
28						
29				ANO BASE	2005	
30	VEÍCULOS		MÊS	ANO		Vida (meses)
31	OF 1418		12	2001		=SE(\$N\$29-F31<10;(\$N\$29-F31)*12;
32	OF 1418		12	2001		=SE(\$N\$29-F32<10;(\$N\$29-F32)*12;
33	OF 1418		12	2001		=SE(\$N\$29-F33<10;(\$N\$29-F33)*12;
34	OF 1418		12	2001		=SE(\$N\$29-F34<10;(\$N\$29-F34)*12;
35	OF 1418		12	2001		=SE(\$N\$29-F35<10;(\$N\$29-F35)*12;
36	OF 1418		12	2001		=SE(\$N\$29-F36<10;(\$N\$29-F36)*12;
37	OF 1418		12	2001		=SE(\$N\$29-F37<10;(\$N\$29-F37)*12;
38	OF 1418		12	2001		=SE(\$N\$29-F38<10;(\$N\$29-F38)*12;
39	OF 1418		12	2001		=SE(\$N\$29-F39<10;(\$N\$29-F39)*12;
40	OF 1418		12	1995		=SE(\$N\$29-F40<10;(\$N\$29-F40)*12;
41	OF 1418		12	1995		=SE(\$N\$29-F41<10;(\$N\$29-F41)*12;
42						=SE(\$N\$29-F42<10;(\$N\$29-F42)*12;
43						=SE(\$N\$29-F43<10;(\$N\$29-F43)*12;
44						=SE(\$N\$29-F44<10;(\$N\$29-F44)*12;
45						=SE(\$N\$29-F45<10;(\$N\$29-F45)*12;
46						=SE(\$N\$29-F46<10;(\$N\$29-F46)*12;
47						=SE(\$N\$29-F47<10;(\$N\$29-F47)*12;
48						=SE(\$N\$29-F48<10;(\$N\$29-F48)*12;
49						=SE(\$N\$29-F49<10;(\$N\$29-F49)*12;
50						=SE(\$N\$29-F50<10;(\$N\$29-F50)*12;
51						=SE(\$N\$29-F51<10;(\$N\$29-F51)*12;
52						=SE(\$N\$29-F52<10;(\$N\$29-F52)*12;
53	TOTAL			=CONT.NÚM		=SOMA(G31:G44)
54						
55	Frota Total			=E53		
56	Frota p/ Calc de Capital			=CONT.SE(G31:G Veículos		
57	Vida Útil			10	anos	
58	Vida Média			=SE(D56>0;G53/I		
59	Saldo de Vida Útil			=SE(D56>0;10-D: anos		=D59/10
60	Saldo de Vida Útil por Veículo Operante			=D59*D56/DOper		=D80/10
61	Capital por Veículo Operante					

1A	B	C	D	E	F	
2	CÁLCULO DO CUSTO DO TRANSPORTE URBANO					
3	PATO BRANCO - PARANÁ					
4	PASSAGEIROS E QUILOMETRAGEM					
5	=MicroIC5			GERAL		
6						
7	Dados de Passageiros de 2004					
8		PASSAGEIROS				
9	MÊS/ANO	LP	TA	TOTAL	LP	
10	38139	145585	75686	=SOMA(C10:D10)	34755	1843
11	38169	152692	76868	=SOMA(C11:D11)	22362	1926
12	38200	158558	75944	=SOMA(C12:D12)	38703	2228
13	38231	148068	79375	=SOMA(C13:D13)	36055	1817
14	38261	148358	76057	=SOMA(C14:D14)	35827	1999
15	38292	153037	79782	=SOMA(C15:D15)	34159	1806
16	38322	152500	87882	=SOMA(C16:D16)	12061	8057
17	38353	140941	81095	=SOMA(C17:D17)	2121	4542
18	38384	139224	72817	=SOMA(C18:D18)	15498	1752
19	38412	159311	82576	=SOMA(C19:D19)	=37657-175	2169
20	38443	147025	81198	=SOMA(C20:D20)	37927	1988
21	38473	152189	81722	=SOMA(C21:D21)	=37753	1957
22	TOTAIS	=SOMA(C10:C21)	=SOMA(D10:D21)	=SOMA(C22:D22)	=SOMA(F10:F21)	=SOMA(G10:G21)
23						
24						
25	Quilometragem anual=				=E46	
26	Percurso Médio Anual - PMA=				=F26/J26	
27	Média Mês Ano de Passageiros Transportados=				=K22*K24	
28	Média Mês Ano de Passageiros Equivalentes=				=F27-H22*K24/2	
29						
30						
31		DIAS	KM/DIA	TOTAL	FR OP	
32	MICRO					
33	DIAS ÚTEIS	250	=1556,5*1,04	=C33*D33	9	
34	SÁBADO	53	=D50/D\$49*D\$33	=C34*D34		
35	DOMINGO	62	=D51/D\$49*D\$33	=C35*D35		
36	ANO	=SOMA(C33:C35)		=SOMA(E33:E35)	=SOMA(F33:F35)	=E36
37	COMUM					
38	DIAS ÚTEIS	=C33	=2240,5*1,04	=C33*D38	16	
39	SÁBADO	=C34	=D50/D\$49*D\$38	=C34*D39		
40	DOMINGO	=C35	=D51/D\$49*D\$38	=C35*D40		
41	ANO	=SOMA(C38:C40)		=SOMA(E38:E40)	=SOMA(F38:F40)	=E41
42	GERAL					
43	DIAS ÚTEIS	=C33	=D33+D38	=C38*D43	=F33+F38	
44	SÁBADO	=C34	=D34+D39	=C39*D44	=F34+F39	
45	DOMINGO	=C35	=D35+D40	=C40*D45	=F35+F40	
46	ANO	=SOMA(C43:C45)		=SOMA(E43:E45)	=SOMA(F43:F45)	=E46
47						
48	PESQUISA					
49	DIAS ÚTEIS	=C33	3559	=C33*D49		
50	SÁBADO	=C34	2554	=C34*D50		
51	DOMINGO	=C35	1278	=C35*D51		
52	ANO	=SOMA(C49:C51)		=SOMA(E49:E51)		
53						

CÁLCULO DO CUSTO DO TRANSPORTE URBANO

PATO BRANCO - PARANÁ  
CÁLCULO DO VEÍCULO PADRÃO

TIPO DE VEÍCULO: =ComumID5 =ComumIE5

TOTAL	MARCA/MODELO	QUANTIDADE	% PARTIC.	CHASSI	CARROCERIA	TOTAL
	Mercedes Benz					
						=(L9+M9)*K9/100
						=(L10+M10)*K10/100
						=(L11+M11)*K11/100
	OF 1721	=CONT.SE(\$31:\$54;"OF 1721")	=(J12/J\$19)*100	=ARRED(L13*0,9;1)	=M\$13	=(L12+M12)*K12/100
	OF 1722		=(J13/J\$19)*100	=PreçosIJ44	=PreçosIJ49	=(L13+M13)*K13/100
						=(L14+M14)*K14/100
						=(L15+M15)*K15/100
						=(L16+M16)*K16/100
						=(L17+M17)*K17/100
						=(L18+M18)*K18/100
	TOTAL GERAL	=SOMA(J9:J18)	=SOMA(K10:K18)			=SOMA(N10:N17)

VALOR DO VEÍCULO PADRÃO =N19  
RODAGEM= =Rodagem!N28  
VEÍCULO PADRÃO - RODAGEI =N21-N22  
SALDO VEÍCULO PADRÃO - R =N23\*M60

PLANILHA DE CÁLCULO DE IDADE MÉDIA DA FROTA

TRANSPORTES COLETIVOS L		ANO BASE 2005		
Vida (meses)	VEÍCULOS	MÊS	ANO	Vida (meses)
10;(\$N\$29-F31)*12+12-E31;"")	OF 1721	12	2001	=SE(\$N\$29-M31<10;(\$N\$29-M31)*12+12-L31;"")
10;(\$N\$29-F32)*12+12-E32;"")	OF 1721	12	2001	=SE(\$N\$29-M32<10;(\$N\$29-M32)*12+12-L32;"")
10;(\$N\$29-F33)*12+12-E33;"")	OF 1721	12	2001	=SE(\$N\$29-M33<10;(\$N\$29-M33)*12+12-L33;"")
10;(\$N\$29-F34)*12+12-E34;"")	OF 1721	12	2001	=SE(\$N\$29-M34<10;(\$N\$29-M34)*12+12-L34;"")
10;(\$N\$29-F35)*12+12-E35;"")	OF 1721	12	2001	=SE(\$N\$29-M35<10;(\$N\$29-M35)*12+12-L35;"")
10;(\$N\$29-F36)*12+12-E36;"")	OF 1721	12	2001	=SE(\$N\$29-M36<10;(\$N\$29-M36)*12+12-L36;"")
10;(\$N\$29-F37)*12+12-E37;"")	OF 1721	12	2001	=SE(\$N\$29-M37<10;(\$N\$29-M37)*12+12-L37;"")
10;(\$N\$29-F38)*12+12-E38;"")	OF 1721	12	2001	=SE(\$N\$29-M38<10;(\$N\$29-M38)*12+12-L38;"")
10;(\$N\$29-F39)*12+12-E39;"")	OF 1721	12	2001	=SE(\$N\$29-M39<10;(\$N\$29-M39)*12+12-L39;"")
10;(\$N\$29-F40)*12+12-E40;"")	OF 1721	12	2001	=SE(\$N\$29-M40<10;(\$N\$29-M40)*12+12-L40;"")
10;(\$N\$29-F41)*12+12-E41;"")	OF 1721	12	2001	=SE(\$N\$29-M41<10;(\$N\$29-M41)*12+12-L41;"")
10;(\$N\$29-F42)*12+12-E42;"")	OF 1721	12	2001	=SE(\$N\$29-M42<10;(\$N\$29-M42)*12+12-L42;"")
10;(\$N\$29-F43)*12+12-E43;"")	OF 1721	12	2001	=SE(\$N\$29-M43<10;(\$N\$29-M43)*12+12-L43;"")
10;(\$N\$29-F44)*12+12-E44;"")	OF 1721	12	2001	=SE(\$N\$29-M44<10;(\$N\$29-M44)*12+12-L44;"")
10;(\$N\$29-F45)*12+12-E45;"")	OF 1721	12	2001	=SE(\$N\$29-M45<10;(\$N\$29-M45)*12+12-L45;"")
10;(\$N\$29-F46)*12+12-E46;"")	OF 1721	12	2001	=SE(\$N\$29-M46<10;(\$N\$29-M46)*12+12-L46;"")
10;(\$N\$29-F47)*12+12-E47;"")	OF 1722	12	1995	=SE(\$N\$29-M47<10;(\$N\$29-M47)*12+12-L47;"")
10;(\$N\$29-F48)*12+12-E48;"")	OF 1723	12	1995	=SE(\$N\$29-M48<10;(\$N\$29-M48)*12+12-L48;"")
10;(\$N\$29-F49)*12+12-E49;"")				=SE(\$N\$29-M49<10;(\$N\$29-M49)*12+12-L49;"")
10;(\$N\$29-F50)*12+12-E50;"")				=SE(\$N\$29-M50<10;(\$N\$29-M50)*12+12-L50;"")
10;(\$N\$29-F51)*12+12-E51;"")				=SE(\$N\$29-M51<10;(\$N\$29-M51)*12+12-L51;"")
10;(\$N\$29-F52)*12+12-E52;"")				=SE(\$N\$29-M52<10;(\$N\$29-M52)*12+12-L52;"")
	TOTAL	=CONT.NÚM(L31:L52)		=SOMA(N31:N52)

Frota Total =L53  
Frota p/ Calc de Capital =CONT.SE(N31:; Veículos  
Vida Útil 10 anos  
Vida Média =SE(K56>0;N53/1 anos  
Saldo de Vida Útil =SE(K56>0;10-K/1 anos =K59/10  
Saldo de Vida Útil por Veículo =K59\*K56/Doper anos =K60/10

	G	H	I	J	K
ESTUDANTES			TOTAL		
	TA	TOTAL	LP	TA	TOTAL
	18431	=SOMA(F10:G10)	=C10+F10	=D10+G10	=E10+H10
	19255	=SOMA(F11:G11)	=C11+F11	=D11+G11	=E11+H11
	22287	=SOMA(F12:G12)	=C12+F12	=D12+G12	=E12+H12
	18171	=SOMA(F13:G13)	=C13+F13	=D13+G13	=E13+H13
	19995	=SOMA(F14:G14)	=C14+F14	=D14+G14	=E14+H14
	18066	=SOMA(F15:G15)	=C15+F15	=D15+G15	=E15+H15
	8057	=SOMA(F16:G16)	=C16+F16	=D16+G16	=E16+H16
	4542	=SOMA(F17:G17)	=C17+F17	=D17+G17	=E17+H17
	17525	=SOMA(F18:G18)	=C18+F18	=D18+G18	=E18+H18
	21696	=SOMA(F19:G19)	=C19+F19	=D19+G19	=E19+H19
	19884	=SOMA(F20:G20)	=C20+F20	=D20+G20	=E20+H20
	19574	=SOMA(F21:G21)	=C21+F21	=D21+G21	=E21+H21
	=SOMA(G10:G21)	=SOMA(F22:G22)	=SOMA(I10:I21)	=SOMA(J10:J21)	=SOMA(K10:K21)
Dados Prefeitura - Set/05 =298507					
Acrésc referente a set/04 =ARRED(K23/K13;4)					
Frota Operante=			=F46		
IPK Total=			=F27/F25		
IPK Equivalente=			=F28/F25		

Câmara Municipal de  
Pato Branco  
03  
Fl.:  
Visto:

1A	B	C	D	
2	CÁLCULO DO CUSTO			
3	PATO BR			
4	QUADRO DE DE			
5	=Comum	C5	=SE(C5="CO";"COMUM";SE(C5="MI";"MICRO";SE(C5="GE";"GERAL";"ERRO")))	
6				
7	CATEGORIA	SALÁRIO	ANUÊNIO	
8	Motorista	1031,4	90,33	24,69
9	Despachante	=C8		
10	TOTAL TRÁFEGO			
11	Cobrador	618,85	41,83	19,24
12	TOTAL VENDA			
13	Diretores	2500		
14	Administração	8% do Pessoal de Tráfego		
15	TOTAL ADM.			
16	Manutenção	12% do Pessoal de Tráfego		
17	TOTAL MANUT.			
18	TOTAL PESSOAL			

E	F	G	H	I	J	K
STO DO TRANSPORTE URBANO						
BRANCO - PARANÁ						
DESPESAS COM PESSOAL						
H.EXTRAS	SAL.BASE	FATOR UTIL.	ENC.SOC.	MESES	MICRO	COMUM
	=C8+D8+E8	2,04	1,7578	12	=K8	=ARRED(F8*G8*H8*I8;2)
	=C9+D9+E9	0,133	1,7578	12	=K9	=ARRED(F9*G9*H9*I9;2)
					=SOMA(J8;J9)	=SOMA(K8;K9)
	=C11+D11+E11	2,04	1,7578	12	0	=ARRED(F11*G11*H11*I11;2)
	=C12+D12+E12				=J11	=K11
	=C13+D13+E13	0,12	1	12	=K13	=ARRED(F13*G13*H13*I13;2)
					=ARRED((J10+J12)*0,08;2)	=ARRED((K10+K12)*0,08;2)
					=J13+J14	=K13+K14
					=ARRED((J10+J12)*0,12;2)	=ARRED((K10+K12)*0,12;2)
					=J16	=K16
					=J10+J12+J15+J17	=K10+K12+K15+K17

*[Handwritten signature]*

Câmara Municipal de  
Pato Branco

Fl.: 02

Visto: *[Signature]*

2



1A	B	C	D	E	F	G	H	
2	PLANILHA DE CUSTOS E TARIFA DO TRANSPORTE COLETIVO							
3	PATO BRANCO - PARANÁ							
4	PREÇOS DOS INSUMOS							
5								
6	1 - COMBUSTÍVEL	UNIDADE	ANP	PETROBRAS	PB	IPIRANGA	TEXACO	
7	OLEO DIESEL	L	1,69					38807
8	ÍNDICE CORREÇÃO: 1							
9	2 - LUBRIFICANTES	UNIDADE		PETROBRAS		IPIRANGA	TEXACO	
10	OLEO DE MOTOR	L	5,818					38828
11	OLEO DIFERENCIAL	L	9,444					38828
12	OLEO DE CAIXA	L	9,444					38828
13	FLUIDO DE FREIO	L	13,152					38828
14	GRAXA	L	5,832					38828
15								
16	3 - RODAGEM							
17	3.1 - PNEU	UNIDADE		TEREZA	PB	CHICO	D'PASCHOAL	
18	275/80	UNIDADE	1170					38828
19	1000 X 20	UNIDADE	1080					38828
20	1100 X 22	UNIDADE	1400					38828
21	3.2 - CAMARAS DE AR							
22	275/80	UNIDADE						38828
23	1000 X 20	UNIDADE						38828
24	1100 X 22	UNIDADE						38828
25	3.4 - PROTETOR RADIAL							
26	275/80	UNIDADE						38828
27	1000 X 20	UNIDADE						38828
28	1100 X 22	UNIDADE						38828
29								
30	3.3 - RECAUCHUTAGEM	UNIDADE						
31	275/80	UNIDADE						38828
32	1000 X 20	UNIDADE						38828
33	1100 X 22	UNIDADE						38828
34								
35	5 - SALÁRIO BASE	UNIDADE						
36	MOTORISTA	R\$/MÊS						38473
37	COBRADOR	R\$/MÊS						38473
38	TRAPEGO	R\$/MÊS						38473
39	MANUTENÇÃO	R\$/MÊS						38473
40								
41	6 - VEÍCULO							
42	Chassis Mercedes Benz Eletrônico Micrão							
43	Chassis Mercedes Benz							
44	Chassis Mercedes Benz Eletrônico							
45	Chassis Scania							
46	Chassis Scania Eletrônico							
47	Chassis Volkswagen							
48	Chassis Volkswagen Eletrônico							
49	Carroceria Mercedes Benz							
50	Carroceria Mercedes Benz Micrão							
51	Carroceria Scania							
52	Carroceria Volkswagen							

		J	K	L	M	N
--	--	---	---	---	---	---

	DATA	APLICADO	ANTERIOR	ÍNDICE
	38807	=MÍNIMO(D7:I7)	1,69	=SE(K7:K48;J7/K7;"ND")

	DATA			ÍNDICE
	38828	=MÍNIMO(D10:H10)	5,616	=SE(K10:K49;J10/K10;"ND")
	38828	=MÍNIMO(D11:H11)	9,444	=SE(K11:K50;J11/K11;"ND")
	38828	=MÍNIMO(D12:H12)	9,444	=SE(K12:K51;J12/K12;"ND")
	38828	=MÍNIMO(D13:H13)	13,152	=SE(K13:K52;J13/K13;"ND")
	38828	=MÍNIMO(D14:H14)	5,832	=SE(K14:K53;J14/K14;"ND")

CONJUNTO SEM RECAUCHUTAGE					MICRO	COMUM
AL	DATA			ÍNDICE		
	38828	=MÍNIMO(D18:H18)	1170	=SE(K18:K57;J18/K18;"ND")	=M\$17*(\$J18+\$J22+\$J26)	
	38828	=MÍNIMO(D19:H19)	1060	=SE(K19:K58;J19/K19;"ND")		=N\$17*(\$J19+\$J23+\$J27)
	38828	=MÍNIMO(D20:H20)	1400	=SE(K20:K59;J20/K20;"ND")		
					=M18	=N19
	38828	0	0	=SE(K22:K61;J22/K22;"ND")		
	38828	67	67	=SE(K23:K62;J23/K23;"ND")		
	38828	79	79	=SE(K24:K63;J24/K24;"ND")		
				=SE(K25:K64;J25/K25;"ND")		
	38828	0	0	=SE(K26:K65;J26/K26;"ND")		
	38828	34	34	=SE(K27:K66;J27/K27;"ND")		
	38828	42	42	=SE(K28:K67;J28/K28;"ND")		


	DATA			ÍNDICE
	38828	277	277	=SE(K31:K70;J31/K31;"ND")
	38828	277	277	=SE(K32:K71;J32/K32;"ND")
	38828	323	323	=SE(K33:K72;J33/K33;"ND")

	DATA			ÍNDICE
	38473	1031,4	1031,4	=J36/K36
	38473	618,85	618,85	=J37/K37
	38473	1162,6	1162,6	=J38/K38
	38473	1014,8175	1014,8175	=J39/K39

	DATA			ÍNDICE
		105000		
		=J44*0,9		
		125800		
		=J46*0,9		
		171356		
		=J48*0,9		
		116303		
		96700		
		70000		
		105800		
		88500		

Câmara Municipal de  
Pato Branco

Fl.: 01

Visto: 

8